



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 520 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

ESTABELECE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

O Povo do Município de Araçuaí, através de seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Orçamento do Município de Araçuaí para o exercício de 2021, que estima a receita em R\$104.889.200,00 cento e quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e duzentos reais) e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º. A estimativa da receita está fundamentada na previsão de arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, obedecendo ao seguinte desdobramento:

EXECUTIVO MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.0 - RECEITAS CORRENTES	105.505.000,00
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	8.007.000,00
1.2 - Receita de Contribuição	1.020.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	110.000,00
1.4 - Receita Agropecuária	0,00
1.5 - Receita Industrial	0,00
1.6 - Receita de Serviços	458.000,00
1.7 - Transferências Correntes	95.424.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	486.000,00
2.0 - RECEITAS DE CAPITAL	9.078.000,00
2.1 - Operações de Crédito	3.674.000,00
2.2 - Alienação de Bens	593.000,00
2.4 - Transferências de Capital	4.811.000,00
2.5 - Outras Receitas de Capital	0,00
CONTA REDUTORA DO FUNDEB	-9.693.800,00
SOMA RECEITA EXECUTIVO MUNICIPAL	104.889.200,00

Art. 3º. As despesas serão realizadas de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídas por órgãos da Administração, e conforme o seguinte desdobramento:

a) - DESPESA POR FUNÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ
GABINETE DO PREFEITO

Legislativa	3.395.000,00
Judiciária	730.000,00
Administração	6.294.000,00
Defesa Nacional	74.000,00
Segurança Pública	172.000,00
Assistência Social	5.513.000,00
Previdência Social	4.320.000,00
Saúde	35.470.340,00
Educação	21.860.420,00
Cultura	944.000,00
Urbanismo	13.941.000,00
Habitação	2.000,00
Saneamento	211.000,00
Gestão Ambiental	836.000,00
Agricultura	3.621.000,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	5.000,00
Comunicações	402.000,00
Energia	2.134.000,00
Transporte	1.305.440,00
Desporto e Lazer	884.000,00
Encargos Especiais	2.293.000,00
Reserva de Contingência	482.000,00
SOMA	104.889.200,00

b) - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

3.0 - DESPESAS CORRENTES	85.575.200,00
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	45.631.000,00
3.2 – Juros e Encargos da Dívida	350.000,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	39.594.200,00
4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	18.832.000,00
4.1 – Investimentos	17.589.000,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	1.243.000,00
Reserva de Contingência	482.000,00
SOMA	104.889.200,00

Art. 4º. A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º, far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias, aprovadas nos anexos componentes da presente Lei.

Art. 5º. Durante a execução orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) das

Alcides



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

GABINETE DO PREFEITO

despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante decreto do Executivo, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

b) utilizar o excesso de arrecadação na forma do §3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

c) utilizar o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, na forma do §2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64;

§ 1º. As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se devidamente publicadas por meio de ato do Poder Executivo.

§ 2º. Não oneram o limite expresso no *caput* deste artigo, até o limite de mesmo percentual do *caput* deste artigo, os créditos adicionais destinados a suprir insuficiências das dotações inerentes às seguintes despesas:

I - com pagamento da dívida pública, de precatórios e de sentenças judiciais, bem como os créditos à conta da dotação Reserva de Contingência e aqueles destinados à contrapartida a convênios, acordos e ajustes;

II - com pessoal e encargos;

III - que exigem adequações de fontes e destinação de recursos para fins de atendimento às alterações na legislação, inclusive os saldos financeiros remanescentes do exercício anterior, redefinindo o grupo da fonte e destinação de recursos ou inclusão, transferência ou movimentação de fontes e destinação de recursos;

IV - a serem pagas com recursos vinculados, quando utilizarem como fonte e destinação de recursos o saldo financeiro desses recursos;

V - que exigem alterações da modalidade da despesa e do identificador de procedência e uso.

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias.

§ 4º. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias, sem a indicação das fontes e destinação de recursos.

§ 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover durante a execução orçamentária de 2021, a movimentação das fontes de recursos constantes desta Lei, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma:

I – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2021;

II – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

GABINETE DO PREFEITO

III – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2021;

IV – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2021.

§ 6º. As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer a codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º. Fica o poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º. da Constituição da República a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o valor das despesas de capital;

II - realizar operações de crédito até o valor das despesas de capital.

Art. 7º. A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atender ao disposto no inciso III do §2º do Artigo 29A da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas à Câmara, até o dia 20 de cada mês.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor no exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Araçuaí, 23 de dezembro de 2020.

ARMANDO JARDIM PAIXÃO
Prefeito Municipal